



CADERNO DE ENCARGOS

*Concurso Público n.º 13/IPL/2024
(PA 005.2024.10245)*

Contratação de Serviços de Fiscalização, no âmbito do PRR PNAES

Cláusula 1.ª

Objecto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objecto principal a contratação de **Contratação de Serviços de Fiscalização no âmbito do PRR PNAES**, conforme o anexo I e compreendendo os seguintes Lotes:

- Lote 1 – Fiscalização de Empreitada de Renovação das Residências Complexo de Leiria;
- Lote 2 – Fiscalização de Empreitada de Construção Nova Residência de Leiria;
- Lote 3 - Fiscalização de Empreitada de Construção Nova Residência de Caldas da Rainha;
- Lote 4 – Fiscalização de Empreitada de Renovação da Residência Mestre António Duarte;
- Lote 5 – Fiscalização de Empreitada de Renovação da Residência de Peniche.

Cláusula 2.ª

Prazo

1. O contrato terá início na data de aprovação do Plano de Segurança e Saúde da empreitada e manter-se-á em vigor pelo prazo previsto de execução da mesma, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do Contrato.

2. O(s) prestador(es) de serviços obriga(m)-se a prestar o serviço nos prazos a seguir indicados, desenvolvendo todas as ações constantes do Anexo I do Caderno de Encargos, mesmo que ocorram antes, com a assinatura do contrato de empreitada e análise do PSS, e para além do termo da execução da empreitada, designadamente as constantes das alíneas r. e s. do ponto 5. do referido anexo I.

- a. Lote 1 - prazo de 16 meses (480 dias);
- b. Lote 2 - prazo de 18 meses (540 dias);
- c. Lote 3 - prazo de 12 meses (360 dias);
- d. Lote 4 – prazo de 6 meses (180 dias);
- e. Lote 4 – prazo de 6 meses (180 dias).

3. Se houver lugar a qualquer suspensão dos trabalhos da obra, suspender-se-á a prestação de serviços de fiscalização por igual período.

4. Se o prazo de execução da empreitada for superior ao prazo referido no n.º 1, ou se houver lugar a qualquer prorrogação da empreitada, a prestação de serviços de fiscalização e coordenação de segurança poderá ser prorrogada por igual período.



IPL
instituto politécnico
de leiria

5. O valor correspondente à prorrogação atrás mencionada será calculada pela proporção relativa aos valores do contrato inicial.

Cláusula 3.ª

Obrigações principais do prestador de serviços

1. As obrigações para o Adjudicatário são as previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos e nas cláusulas contratuais.

2. A título acessório, o Adjudicatário fica obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 4.ª

Objecto do dever de sigilo

1. O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Instituto Politécnico de Leiria, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objecto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado directa e exclusivamente à execução do contrato.

3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respectiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 5.ª

Proteção de dados pessoais

1. O segundo outorgante obriga-se ao estrito cumprimento do disposto no Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), aprovado pelo Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016, na redação que lhe foi dada pela Retificação de 4 de maio de 2018, publicitada no Jornal Oficial da União Europeia de 23 de maio de 2018, nomeadamente no que diz respeito às obrigações relativas ao tratamento dos dados pessoais que lhe sejam transmitidos pelo primeiro outorgante para efeito de execução do presente contrato.



IPL
instituto politécnico
de leiria

2. O segundo contratante compromete-se a adotar e apresentar garantias suficientes de execução das medidas técnicas e organizativas adequadas, de forma a se satisfaçam os requisitos do RGPD no tratamento dos dados pessoais e a defesa dos direitos dos titulares dos dados.

3. O segundo outorgante compromete-se ao cumprimento das demais obrigações e responsabilidades previstas na legislação vigente no que diz respeito ao tratamento dos dados pessoais.

Cláusula 6.ª

Preço contratual e preço base

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Instituto Politécnico de Leiria deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, que não pode exceder os seguintes valores base, por lote:

- a. Lote 1 – 140.000,00€ (cento e quarenta mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
- b. Lote 2 - 120.000,00€ (cento e vinte mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
- c. Lote 3 - 80.000,00€ (oitenta mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
- d. Lote 4 - 39.000,00€ (trinta e nove mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
- e. Lote 5 - 39.000,00€ (trinta e nove mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

2. Os preços referidos no número anterior incluem todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo as despesas manutenção dos equipamentos da sua propriedade bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

3. As propostas que apresentem preço superiores aos preços base estabelecidos no ponto 1 são excluídas.

Cláusula 7.ª

Condições de pagamento

1. As quantias devidas pelo Instituto Politécnico de Leiria, nos termos da cláusula anterior, serão pagas após a execução dos trabalhos.

2. Os pagamentos serão efetuados no prazo de 60 dias após a receção pelo Instituto Politécnico de Leiria das respectivas facturas.

3. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as facturas são pagas através de transferência bancária.

Cláusula 8.ª

Gestor do contrato

Para efeitos previstos no artigo 290.º - A do CCP, o gestor do(s) contrato(s) designado será a **Eng.ª Ana Cátia Nunes Peixinho**, Técnica Superior da Direção de Serviços de Gestão de *Campi* e Infraestruturas.

Cláusula 9.ª

Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Instituto Politécnico de Leiria pode exigir do cocontratante o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

a) Pelo incumprimento das datas e prazos de prestação dos serviços objeto do contrato, até 10% do valor do contrato.

2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do cocontratante, o Instituto Politécnico de Leiria pode exigir-lhe para além da pena pecuniária prevista no n.º anterior, uma indemnização nos termos gerais.

3. Na determinação da gravidade do incumprimento para efeitos do n.º 1, o Instituto Politécnico de Leiria tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do cocontratante e as consequências do incumprimento.

4. No caso de resolução sancionatória, o Instituto Politécnico de Leiria pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

Cláusula 10.ª

Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:



IPL
instituto politécnico
de leiria

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do cocontratante, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do cocontratante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo cocontratante de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do cocontratante não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 11.ª

Resolução por parte do contraente público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o Instituto Politécnico de Leiria pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o cocontratante violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente no seguinte caso:

- a) Incumprimento, total ou parcial, do prazo estabelecido para a prestação do serviço objeto do contrato ou declaração escrita do cocontratante de que o serviço será prestado para lá desse prazo.

2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada cocontratante e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo Instituto Politécnico de Leiria.

Cláusula 12.ª

Resolução por parte do cocontratante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o cocontratante pode resolver o contrato quando:



IPL
instituto politécnico
de leiria

a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 6 meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.

2. O direito de resolução é exercido por via judicial.

3. Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Instituto Politécnico de Leiria, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

4. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo cocontratante, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 13.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo e fiscal de Leiria, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 14.ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo cocontratante e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 15.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 16.ª

Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa, em particular o Código dos Contratos Públicos.



Anexo I

CLÁUSULAS TÉCNICAS

1. Os trabalhos a que se refere este Caderno de Encargos têm como objetivo geral a gestão de informação, fiscalização, coordenação de segurança e controlo, relativamente à execução da obra, devendo os mesmos ser exercidos no âmbito da legislação em vigor e do estabelecido no Caderno de Encargos e no Contrato.
2. As especificações do serviço descritas no presente Anexo são comuns a todos os Lotes.
3. Locais da prestação do serviço:
 - a. Lote 1 – Rua General Norton de Matos, 2410-191 Leiria
 - b. Lote 2 – Rua General Norton de Matos, 2410-191 Leiria
 - c. Lote 3 – Rua da Biblioteca Municipal, Avenal, 2500-273 Calda da Rainha
 - d. Lote 4 – Rua da Biblioteca Municipal, Avenal, 2500-273 Caldas da Rainha
 - e. Lote 5 – Av. Paulo VI, 2520-642 Peniche
4. A equipa de fiscalização de cada Lote terá necessariamente a seguinte composição:
 - 1 - Coordenador da Fiscalização – Engenheiro Civil ou Engenheiro Técnico Civil com mínimo de 5 anos de experiência:
 - Com afetação a 100%. Permanentemente em obra inclusive estar presente em todas as reuniões referidas nas alíneas a) e b) do ponto 5;
 - 1 – Engenheiro Eletrotécnico ou Engenheiro Técnico Eletrotécnico:
 - Com afetação de 10%. Terá de estar presente em todas as reuniões referidas na alínea a) do ponto 5;
 - 1 – Coordenador de Segurança – Profissional que tenha concluído com aproveitamento um curso de Técnico Superior de Higiene e Segurança no Trabalho, comprovado através de CAP, reconhecido por entidade competente:
 - Com afetação a 100%. Permanentemente em obra inclusive presente em todas as reuniões referidas na alínea a) do ponto 5.
5. A substituição de qualquer elemento da equipa implica o prévio consentimento do dono da obra.
6. Os trabalhos referidos no ponto 1 compreenderão as seguintes tarefas:
 - a) O acompanhamento pormenorizado de todos os trabalhos realizados pelo empreiteiro;



- b) A análise, o controlo e a elaboração da previsão de tempos e dos prazos necessários, confrontando os Planos de Trabalho da Obra, o Plano de Segurança e Saúde e o Plano de Gestão de Resíduos, devidamente aprovados, com os trabalhos efetivamente realizados e ou em curso;
 - c) O acompanhamento e controlo da administração da obra, verificando todas as medições ou revisões orçamentais, visando todos os autos apresentados pelo empreiteiro e elaborando a conta corrente da obra;
 - d) A comparação das características da obra já realizada, dos materiais, dos processos, dos equipamentos e das soluções adaptadas pelo empreiteiro com as cláusulas, condições e características estabelecidas pelo projeto, pelo título contratual da obra e pelas restantes disposições em vigor;
 - e) O acompanhamento, análise e o controlo das condições de segurança;
7. As ações a desenvolver pelo adjudicatário, no domínio da fiscalização e controlo de execução da obra são todas as necessárias à sua completa realização nas melhores condições, salientando-se designadamente, as seguintes:
- a) Coordenar e secretariar as reuniões ordinárias (periodicidade semanal) com o dono da obra, com o empreiteiro, com o autor do projeto ou com outras entidades direta ou indiretamente ligadas à obra, que permitam analisar o andamento dos trabalhos em curso, esclarecer dúvidas, estudar alterações ou identificar, encaminhar e resolver problemas;
 - b) Coordenar e secretariar as reuniões extraordinárias (sempre que for necessário) e demais contactos que o dono da obra decida efetuar com entidades intervenientes na execução da obra, fazendo executar as ações daí resultantes;
 - c) Preparar e acompanhar ou conduzir todas as visitas à obra julgadas convenientes pelo dono da obra;
 - d) Analisar e aprovar a qualidade dos materiais, equipamentos e processos de execução utilizados em obra pelo empreiteiro;
 - e) Efetuar um registo das condições climatéricas, sempre que as mesmas se mostrem adversas à obra;
 - f) Acompanhar, analisar e proceder à medição de todos os avanços ocorridos na realização da obra, com periodicidade mensal;
 - g) Acompanhar mensalmente as medições dos trabalhos executados necessários à elaboração dos autos de medição da obra e proceder à sua validação;
 - h) Verificar o desenvolvimento da obra em termos dos Planos de Trabalhos aprovados;
 - i) Identificar e caracterizar os principais desvios verificados, propondo, fundamentadamente, as ações necessárias à sua compensação - parcial ou total - e/ou à sua eliminação futura;
 - j) Atualizar as estimativas de tempos para os trabalhos ainda por realizar;



IPL
instituto politécnico
de leiria

- k) Analisar e submeter à aprovação do dono de obra, antes da entrada em obra, da qualificação e do nível de subcontratação dos meios humanos intervenientes, em especial os dos seus subempreiteiros bem como do cumprimento dos limites constantes do CCP, designadamente os previstos no art. 383.º;
 - l) Participar na realização dos ensaios da obra, previstos no seu título contratual, em colaboração com o empreiteiro, o autor do projeto e outras entidades especializadas;
 - m) Efetuar mensalmente o cálculo da revisão de preços de acordo com os índices em vigor;
 - n) Analisar, procedendo à respetiva justificação, e submeter à aprovação do dono de obra eventuais trabalhos a mais, a menos, erros e omissões;
 - o) Elaborar a conta corrente da obra, segundo as normas legais em vigor, devendo a respetiva conta final ser submetida à aprovação do dono da obra;
 - p) Apoiar, em termos técnicos e administrativos, qualquer situação de diferendo ou contencioso existente entre o dono da obra e o empreiteiro, relativo ao respetivo projeto ou obra;
 - q) Disponibilizar o seu apoio, que será reduzido ao estritamente necessário, caso haja suspensão dos trabalhos da obra, sem prejuízo da suspensão da prestação de serviços de fiscalização nesse período;
 - r) Assegurar que sejam elaboradas as telas finais, das alterações introduzidas no projeto durante a obra, pelo projetista ou pelo empreiteiro;
 - s) Participar ativamente, segundo as normas do dono da obra, nos processos conducentes à consignação, receção provisória e elaboração conta final da empreitada;
8. As ações a desenvolver pelo adjudicatário, no domínio da coordenação de segurança em obra são todas as necessárias à sua completa realização em consonância com a legislação em vigor, salientando-se designadamente, as que constam dos parágrafos seguintes:
- a) Elaborar, atualizar e submeter ao dono de obra para remessa à entidade competente, todas as comunicações prévias previstas no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 273/2003 de 29 de outubro de 2003;
 - b) Apreçar o desenvolvimento e as alterações do plano de segurança e saúde para a execução da obra e, sendo caso disso, propor à entidade executante as alterações adequadas com vista à sua validação técnica;
 - c) Analisar a adequabilidade das fichas de procedimentos de segurança e, sendo caso disso, propor à entidade executante as alterações adequadas;
 - d) Verificar a coordenação das atividades das empresas e dos trabalhadores independentes que intervêm no estaleiro, tendo em vista a prevenção dos riscos profissionais;
 - e) Promover e verificar o cumprimento do plano de segurança e saúde, bem como das outras obrigações da entidade executante, dos subempreiteiros e dos trabalhadores independentes, nomeadamente no que se refere à organização do estaleiro, ao sistema de emergência, às condicionantes existentes no estaleiro e na área envolvente, aos trabalhos que envolvam riscos especiais, aos processos construtivos especiais, às



atividades que possam ser incompatíveis no tempo ou no espaço e ao sistema de comunicação entre os intervenientes na obra;

- f) Coordenar o controlo da correta aplicação dos métodos de trabalho, na medida em que tenham influência na segurança e saúde no trabalho;
 - g) Promover a divulgação recíproca entre todos os intervenientes no estaleiro de informações sobre riscos profissionais e a sua prevenção;
 - h) Registrar as atividades de coordenação em matéria de segurança e saúde no livro de obra, nos termos do regime jurídico aplicável ou, na sua falta, de acordo com um sistema de registos apropriado que deve ser estabelecido para a obra;
 - i) Assegurar que a entidade executante toma as medidas necessárias para que o acesso ao estaleiro seja reservado a pessoas autorizadas;
 - j) Informar regularmente o dono da obra sobre o resultado da avaliação da segurança e saúde existente no estaleiro;
 - k) Informar o dono da obra sobre as responsabilidades deste no âmbito do Decreto-lei n.º 273/2003 de 29 de outubro de 2003 e demais legislação em vigor;
 - l) Analisar as causas de acidentes graves que ocorram no estaleiro;
 - m) Integrar na compilação técnica da obra os elementos decorrentes da execução dos trabalhos que dela não constem.
9. O adjudicatário terá de elaborar e entregar até ao oitavo dia de cada mês um relatório mensal de progressão dos trabalhos com referência obrigatória ao seguinte:
- a) Memória descritiva e justificativa dos trabalhos executados;
 - b) Registo de ocorrências em matéria de fiscalização e segurança;
 - c) Cópia das atas de todas as reuniões efetuadas no período;
 - d) Aprovação de materiais;
 - e) Análise da qualificação e do nível de subcontratação dos subempreiteiros, bem como do cumprimento dos limites constantes do CCP, designadamente os previstos no art. 383.º;
 - f) Lista dos esclarecimentos prestados;
 - g) Lista de questões pendentes;
 - h) Cronograma de trabalhos atualizado.
10. O adjudicatário terá de elaborar e entregar até ao trigésimo dia após o término da prestação dos serviços de fiscalização, o relatório de fecho da fiscalização, que deverá contemplar:
- a) Vistorias realizadas;
 - b) Telas finais completas e verificadas;



IPL
instituto politécnico
de leiria

- c) Conta final da obra;
- d) Compilação técnica (manual de utilização);
- e) Fecho de contas, incluindo declarações dos empreiteiros.

11. As entidades diretamente intervenientes no desenvolvimento da obra são:

- a) Instituto Politécnico de Leiria;
- b) Empreiteiro geral e eventuais empreiteiros de trabalhos especializados;
- c) Autores do projeto;
- d) Adjudicatário dos serviços do presente Caderno de Encargos.